

PROCESSO HISTÓRICO ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Marcos Chagas Mota ¹

Carlos Rochester Ferreira Lima ²

Marcos José Alves da Silva ³

¹ Mestre pelo Curso Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - MAIE/UECE, marcos_agenda@yahoo.com.br.

² Professor Doutor do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - MAIE/UECE, rochester.lima@uece.br;

³ Professor Especialista da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará, marcosjoseico@gmail.com.

Introdução

No debate atual, as questões de gênero e sexualidade são temáticas que estão no centro do debate público sobre educação. Primeiro pelo desenvolvimento e crescimento de pesquisas e produções acadêmicas de qualidade sobre gênero, orientação sexual e diversidade sexual, que impactam as produções culturais, a consciência coletiva, as subjetividades e as práticas sociais, inclusive dentro da escola, promovendo a discussão e possibilitando um melhor acolhimento a todos os estudantes e principalmente a aprendizes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais. E segundo pela ofensiva dos grupos conservadores que contestam e se utilizam de vários meios e estratégias para impor um pensamento retrógrado, opressor e autoritário que só castra a liberdade dos estudantes e não possibilita uma educação democrática e integral, a exemplo disso temos os projetos “escola sem partido”, a falaciosa “ideologia de gênero” e os projetos atuais de proibição da utilização da linguagem neutra nas escolas. Justifica-se e é urgente nossa discussão, pois para exemplificar uma das situações que listamos, mais precisamente a “ideologia de gênero” que “...desejam impor a manutenção das desigualdades de gênero...” (Reis; Eggert, 2017).

Este contexto resulta de um processo histórico de disputas acerca de currículo e implementações de políticas educacionais em nosso país, desde a colonização até os dias atuais, onde a diversidade sexual não é respeitada e compromete o direito à educação de muitos estudantes.

Para a realização deste estudo optou-se por uma metodologia focada em um levantamento e estudo bibliográfico, em pesquisas que fazem uma abordagem teórica e conceitual com argumentações relacionadas à temática pesquisada, assim como também reportagens dos meios de comunicação para verificar como são tratadas as questões das sexualidades na escola.

Este cenário conflituoso de nosso tempo é uma construção histórica, e para exemplificar um pouco essa construção, por ser este um texto breve, vamos abordar a educação no Brasil colônia que foi protagonizada pelos jesuítas e que tinham a intenção de adestrar povos originários ao pensamento europeu e religioso vigente na época (Ciccione; Moraes, 2016). Como também séculos depois com a Educação Nova e o movimento pioneiros da educação, que mesmo sem

ser um movimento revolucionário, contribuiu para uma educação pública, universal e laica, dando abertura para maior liberdade de aprender e ensinar e incluir mais brasileiros (Xavier, 2004). Para finalizar, ressaltamos a reação autoritária de grupos ultraconservadores no Brasil, que elegeram uma guerra cultural e contra a educação, sendo que um de seus principais focos de ataques é a questão da sexualidade, principalmente dentro das escolas. São diversos projetos e ações que esses grupos fascistas executam Brasil afora, castrando a liberdade de aprender, ensinar e viver.

Assim sendo, nosso objetivo geral neste trabalho é apresentar e refletir sobre o processo histórico acerca da diversidade sexual na educação brasileira. E os objetivos específicos: promover o debate sobre o processo histórico acerca das questões de gênero e sexualidades na educação formal, incentivar a produção de novas investigações de resgate históricos de fatos que influenciaram negativamente e positivamente a educação brasileira relacionada às concepções de sexualidade na escola, denunciar práticas e articulações que tentam impedir, coagir professores e instituições educacionais de debater o conhecimento acumulado sobre gênero e sexualidades.

Metodologia

Realizou-se levantamento e um estudo bibliográfico de pesquisas que fazem uma abordagem teórica e conceitual com argumentações relacionadas à temática pesquisada. De forma complementar, nos valem também de artigos, entrevistas e reportagens dos meios de comunicação, publicadas em site na internet, sobre como são tratadas as questões das sexualidades na escola, para situar quais os impactos da diversidade sexual nas escolas no cotidiano dos estudantes.

Resultados e Discussões

Religiosidade e educação: da pedagogia jesuítica aos impactos na educação para a diversidade sexual

Para compreender o sistema oficial de ensino atual é preciso recorrer a diversos processos históricos para entendermos como chegamos a essa estrutura, currículo, leis e práticas culturais difundidas nas escolas de todo o Brasil. Ressaltamos que alguns fatos históricos influenciaram mais fortemente a organização educacional brasileira até nosso tempo, um deles é a inserção dos Jesuítas para comandar a educação no Brasil colonial, em nome da coroa portuguesa. Seus feitos por mais de dois séculos influenciaram a educação no nosso país em vários aspectos, incluindo a concepção de educação, e nas relações de gênero e da diversidade sexual.

Os jesuítas, na educação do Brasil colonial, chegaram aqui em 1549 e permaneceram até serem expulsos no século XVIII. A Companhia de Jesus foi oficialmente instituída pelo governo português para se encarregar da educação na colônia. Esses padres implementaram um ensino voltado para aculturar¹ e converter (religiosamente e culturalmente) os nativos, como também educar, de acordo com suas concepções de mundo e de sociedade, os nativos e também população em geral que vivia aqui na época, ou seja, doutrinar pela fé. Os jesuítas também

¹ Fazer assimilar ou assimilar características de uma cultura.

atuavam como uma empresa, pois possuíam fazendas, escravos e propriedades. Nesse sentido, eles eram coniventes com a escravidão e atuavam de forma coercitiva e opressora para introduzir na consciência dos africanos que a condição de escravizados era natural. Os jesuítas abriram seminários com intuito de formar pessoas para implementar sua educação e também formar os filhos da elite para posteriormente continuar os estudos na metrópole. (Cicone; Moraes, 2016).

Após abordar algumas informações sobre os jesuítas, gostaríamos de esclarecer que nosso objetivo aqui não é avaliar todos os aspectos desse período, mas sim sinalizar que desde o início, nossa educação não promovia a diversidade, seja cultural ou sexual. Ao estudar os métodos e prática dos jesuítas, logo podemos perceber que não havia espaço de forma nenhuma para uma discussão sobre respeito às diferenças e as práticas sexuais que divergiam do pensamento religioso cristão da igreja católica em pleno século XVI ao qual tinha em sua educação muitos aspectos herdados da Idade Média. Entre dogmas e doutrinas, e num processo de aculturação, somente havia espaço para forçar as pessoas, sejam indígenas, negros ou colonos, a seguirem fielmente todos os ensinamentos e hábitos tidos pelos padres como corretos e verdadeiros.

Essa perspectiva nos remete a homogeneização das identidades e de comportamentos na escola da atualidade, como cada gênero deve se vestir e se comportar. Itens de vestuário e acessórios que são proibidos nas escolas, é uma ideia descabida, principalmente no ensino médio. Os jovens não devem exercer sua sexualidade, e se o fizerem, a única alternativa é cis, heterossexual e “só depois do casamento”. Como percebemos, o pensamento religioso ainda é muito influente nas nossas escolas e no nosso currículo.

Educação democrática x educação autoritária: a educação nova e o novo ensino médio e suas contribuições para as discussões de gênero e diversidade de orientação sexual nas escolas

As amarras tradicionais e autoritárias que a Igreja Católica desde o período colonial foi difundido na educação brasileira podendo ser sentidos até os dias atuais, porém um movimento de intelectuais no início do século XX foi o marco para uma nova concepção de educação, as ideias desse movimento estão materializadas no Manifesto da Educação Nova publicado em 1932.

Entendemos que, mesmo esse Manifesto, ainda trouxe um caráter autoritário, pois ainda que defendia valores democráticos na educação, entendiam que as mudanças deveriam vir de cima para baixo, ou seja, a partir da elite para o povo. Mesmo assim, consideramos que esse movimento colocou definitivamente no debate público educacional do país algumas ideias, que foram implementadas a partir de legislações e políticas públicas e governos até os dias atuais, que contribuíram positivamente para educação da população brasileira, como também abriu espaço para uma melhor inclusão das minorias no espaço escolar, dentre elas a comunidade LGBTQIAPN+.

Iniciando nossa abordagem sobre o Manifesto suas principais questões é que “...teria introduzido um novo temário ao debate educacional a partir da defesa da escola pública, obrigatória, gratuita e leiga, e da coeducação.” (Xavier, 2004, p. 12). Tivemos grandes avanços

em nosso sistema educacional em relação à universalização do ensino e da escola pública, apesar da rede particular ainda ter uma grande participação e importância na educação do Brasil, causando uma dicotomia onde a escola pública é grande alvo de críticas e desvalorização. Mas de fato a defesa da escola pública, gratuita e universal ainda é muito forte na área educacional, mesmo com o avanço da política neoliberal onde se defende a privatização das escolas e universidades. Essa nova concepção de educação vem muito a contribuir para a educação da grande massa populacional brasileira, principalmente para os filhos dos trabalhadores.

Prosseguindo nossa discussão, outra pauta de defesa do Manifesto é a educação laica, ou seja, o afastamento principalmente da Igreja Católica do comando de escolas e de pautar o currículo e políticas educacionais. Claro que isso causaria uma reação dos intelectuais ligados a essa religião, pois “Enquanto os pioneiros viam na ciência a chave do progresso da humanidade, os católicos insistiam que a religião é que se constituía um fator de progresso e viga mestra da civilização.” (Xavier, 2004, p.15). Esse debate se intensificou no início do século passado, mas parece que estamos falando de agora, pois o discurso científico difundido nas escolas é constantemente contestado pelo pensamento mágico dos religiosos, seja nas questões da Pandemia de Covid 19, seja na sexualidade, pois se utilizam dos dogmas e interpretações da bíblia de cada religião para proibir a difusão livre de informações acerca da prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, prevenção de gravidez na adolescência, uso de preservativos e contraceptivos, combate a LGBTfobia, debate acerca da identidade de gênero e orientação sexual.

Como atualmente, naquela época haviam grupos de pessoas que se opunha às políticas educacionais democráticas e progressistas, podemos citar por exemplo que “Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) acusava o Manifesto de ser anticristão por negar a supremacia da finalidade espiritual; antinacional, pois desprezava a tradição religiosa do povo brasileiro...” (Xavier, 2004, p. 13). Atualmente vários políticos, líderes religiosos se opõem a uma educação mais inclusiva debatendo as relações de gênero e das sexualidades por defenderem um argumento, no mínimo equivocado, de que esse conhecimento destroi as famílias e expõe as crianças a uma sexualização precoce.

O debate é necessário e as visões divergentes fazem parte da política, da sociedade e das disputas de poder que sempre se pautaram, mas o que não podemos admitir é uma postura fascista de alguns grupos que tentam impor a toda uma sociedade suas concepções de vida. Por isso, o Manifesto dos pioneiros da educação é um marco, pois rompeu com as políticas públicas antigas que já tinham perdido em várias partes do mundo sua validade e aplicabilidade. Essa nova concepção de educação defendida pelos pioneiros é “...orientada por uma nova ética das relações sociais caracterizadas pelos valores da autonomia, do respeito à diversidade, igualdade e liberdade, solidariedade e cooperação social.” (Xavier, 2004, p. 17). Por isso, o Manifesto de 32 foi, e é, importante para a questão do gênero e da sexualidade fazer parte do currículo das escolas e para uma melhor compreensão das relações desiguais de gênero e melhor acolher os estudantes.

Reação autoritária dos movimentos conservadores à educação democrática e à diversidade sexual

As disputas acerca da implementação das políticas públicas para a educação sempre foram evidentes na sociedade brasileira, exemplificadas por alguns períodos de nossa história aqui neste texto. Em relação à diversidade sexual, diversas frentes de reação ficaram mais perceptíveis desde o governo Dilma Rousseff (2011 - 2016). Essas investidas fazem com que professores e escolas evitem certos temas sendo coagidos e censurados por causa dessa ofensiva ultraconservadora.

O primeiro programa de governo derrubado foi o Brasil sem Homofobia, que pretendia realizar várias ações, inclusive nas escolas, porém depois de muitas contestações, informações mentirosas do programa foram disseminadas, o governo optou por não continuar com essa política pública. Dentro desse programa incluía material didático pró diversidade sexual que preconceituosamente foi apelidado de “Kit Gay” e com argumentos mentirosos foi vastamente utilizado na campanha presidencial 2018 com objetivo de apelar para a consciência conservadora da sociedade e conseguir votos.

Existem também outras frentes de reação, como a chamada “ideologia de gênero”, um grupo de pessoas que difundem um posicionamento contrário à discussão da sexualidade na escola se utilizando de argumentos que podemos chamar de, no mínimo, equivocados e mentirosos, para dar suporte a seus posicionamentos preconceituosos e discriminatórios. Subsidiando nossa compreensão acerca dessa questão, Reis e Eggert nos diz:

Criou-se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. (2017, p. 20.)

E as investidas retrógradas e conservadoras não param, a partir do ano de 2022 identificamos, a partir de vários meios de comunicação, projetos de lei em estados e municípios para proibir a utilização da linguagem neutra nas escolas. Em 2023, continua uma investida legislativa de projeto anti LGBTQIAPN+, podemos citar como exemplo uma reportagem da Folha de São Paulo intitulada “Brasil tem um novo projeto de lei antitrans por dia...”, publicada em 20 de março de 2023, esta reportagem faz um levantamento e apurou que apenas em 2023 foram apresentados 69 projetos de lei, que a reportagem classifica como antitrans, nas esferas federal, estadual e municipal. Quando vamos nos deparar com os tipos de projetos que tratam de: proibição de linguagem neutra nas escolas; impedir “ideologia de gênero” nas escolas, implementar a “escola sem partido”, proibir a instalação de banheiros sem gêneros em instituições públicas e privadas e até prender adultos que apoiarem menores em transição de gênero. (Avelar, 2023). Fica claro com essas iniciativas uma ofensiva nacional aos direitos das pessoas que não se enquadram no padrão hétero cis normativo, e não apenas é um ataque direto a pessoas transexuais, mas como também a todas as pessoas LGBTQIAPN+

É mais uma articulação para a desinformação, invisibilizar sujeitos e discriminar mais ainda uma população já tão vulnerável. Pois a linguagem neutra surge na sociedade como resultado de uma discussão acerca da nossa linguagem que perpetua os sistemas de opressão de poder machista e heterossexista. Este debate surgiu nos meios acadêmicos e agora está sendo adotado de maneira espontânea por indivíduos e produções culturais. No entanto, não é abordado nas

escolas nem faz parte da norma culta da língua. Como seria criado um projeto para proibir isso? Provavelmente, apenas para desinformar, apelando mais uma vez para a população conservadora e tentando influenciar o debate sobre a diversidade de identidades de gênero e orientação sexual.

Considerações Finais

Percebemos que a nossa ‘visita’ a alguns recortes temporais da história da educação brasileira nos auxiliam a identificar e denunciar a gênese e organização das políticas públicas que sempre foram marcadas por autoritarismo, arbitrariedades e opressão. Conseguimos identificar essas características mesmo sem abordar o período da Ditadura Militar, que foram muitos anos e que influenciaram muito como nossas escolas se organizam atualmente.

Esse processo histórico resulta numa escola que não é acolhedora principalmente para estudantes LGBTQIA+, pois inicialmente não se considerava sua existência, e hoje em dia depois de tantos avanços na pesquisa sobre gênero e diversidade sexual ainda continuamos num constante embate, principalmente com grupos políticos/religiosos mais conservadores que ainda tentam impor sua visão de mundo e sexualidade para todas as pessoas, inclusive nas escolas públicas, desrespeitando a legislação vigente e os direitos das pessoas.

Novas investigações podem nos ajudar a compreender os processos atualmente nas escolas e observar o que está acontecendo na realidade, quais impactos está causando para os estudantes LGBTQIA+ e para a sociedade. E sempre problematizar, discutir e sugerir possibilidades para melhor acolher e formar as pessoas.

Palavras-chave: Processo histórico, Educação brasileira, Diversidade sexual.

Referências

AVELAR, Dani. Brasil tem um novo projeto de lei antitrans por dia, e “efeito Nikolas” preocupa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 de março de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CICONE, Reinaldo Barros; MORAES, Eliel Pereira de. **História da Educação**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

REIS; T; EGGERT; E. **Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre o plano de educação dos brasileiros**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017. Acesso em: 28/08/2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/?lang=pt&format=pdf>.

XAVIER, Libânia Nacif⁴. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.) Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.